



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta n.º 729/2014

“Aprovar e submeter a discussão pública a Taxa Municipal Turística que altera o Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras receitas do Município”

A presente proposta pretende implementar uma nova taxa a aplicar nas chegadas ao Aeroporto de Lisboa, ao Porto Marítimo de Lisboa e na utilização da hotelaria que vai desde €1 por entrada em Lisboa e de €1 a €7 euro como limite por estadia, o que vai representar um aumento da carga fiscal aplicada pelo Governo e agora também pela CML às pessoas que se deslocam a Lisboa.

Considerando que:

Se trata de mais um aumento na carga fiscal aos já aplicados pela tabela de taxas agora aprovada e que outras são igualmente uma novidade;

Existe uma tentativa de aplicação indiscriminada de taxa a todos os que se deslocam a Lisboa, independentemente dos motivos da sua deslocação ser ou não de caráter Turismo, como exemplo deslocações para acompanhar doentes que ficam hospitalizados e que o/a acompanhante se tem de hospedar em Lisboa;

Vão ser isentos apenas os residentes em Lisboa;

Os residentes fora de Lisboa, mesmo que morando na periferia, estarão também sujeitos ao pagamento da taxa aeroportuária mesmo que ao chegarem a Lisboa se deslocem para as suas residências;

Os Portugueses que por razões de férias terão de suportar igualmente uma taxa a quando do seu regresso de férias no estrangeiro ou mesmo no país e tenham de passar pelo aeroporto;

A aplicação de mais uma nova taxa sem que tenha sido reivindicado pela CML junto do Governo, a distribuição de parte das elevadas taxas cobradas aos turistas, pelos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o que seria inteiramente justo pelo caráter universal dos utilizadores do aeroporto;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

Desde a sua privatização a ANA já alterou por mais de 4 vezes o valor das taxas a cobradas pela entrada no Aeroporto de Lisboa, sem que a cobrança de impostos se reflita no poder local, mas exclusivamente no Governo.

Por estas razões, os Vereadores do PCP votaram Contra a presente proposta.

Lisboa, 19 de Novembro de 2014

Os Vereadores

(João Ferreira)

(Carlos Moura)